



Senadores reiteram pedido de informações sobre presídio



Divulgação/Seb. Senado/Humberto Costa

Fugas no Complexo de Pedrinhas, no Maranhão, acontecem sem que o estado envie dados requeridos em janeiro

Após visita de integrantes da Comissão de Direitos Humanos, no início do ano, governo do Maranhão havia prometido mutirão para acelerar julgamentos e diminuir superlotação, além de reformas e adaptações. Colegiado cobra de novo informações que não foram dadas. **3**

No Complexo de Pedrinhas, autoridades do Maranhão prometeram esclarecimentos aos senadores durante visita em janeiro

Regulação da maconha tem mais uma rodada de debate **4**

Parlamentares dizem que CPI não depende de Costa **3**

Pessoas com deficiência terão audiência para avaliar lei **4**

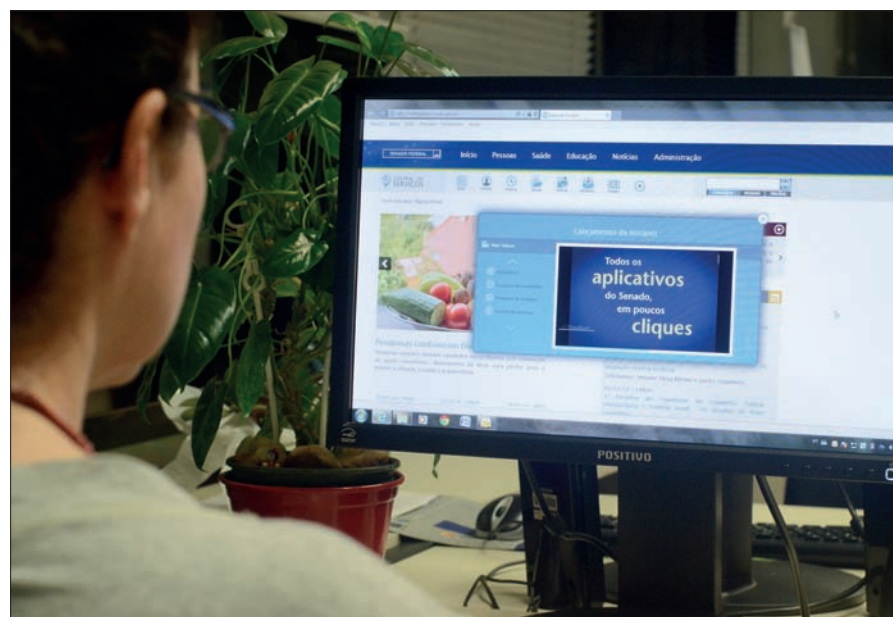
Maior controle para reajuste de servidores

A lei eleitoral pode ser modificada para explicitar que, nas localidades onde acontecer eleição, haverá restrições a aumento salarial para servidores desde os seis meses que antecedem a votação até a posse dos eleitos. Projeto de lei em análise na Comissão de Constituição e Justiça prevê que a proibição seria aplicada apenas a índice de reajuste maior que as perdas inflacionárias dos 12 meses anteriores. **2**

Lançado novo portal da intranet do Senado

Projeto do portal da rede interna da instituição integra em um mesmo ambiente e com um único padrão visual a intranet da Secretaria de Recursos Humanos e da Secretaria Integrada de Saúde. A partir de agora, o servidor poderá solicitar diferentes serviços oferecidos, como marcação de férias ou acesso ao boletim administrativo, com o mesmo log in. **2**

A produção do novo portal levou cerca de nove meses e resultou em leiaute mais moderno e navegação intuitiva.



Ano Volpe/Senado Federal



É simples pesquisar



As informações sobre o Senado também estão acessíveis em **Dados Abertos**. Esse formato de organização do conteúdo permite a **edição** dos dados e sua **reutilização** e **redistribuição** livremente por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Saiba mais em: www.senado.leg.br/transparencia

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Com voto favorável do relator, Comissão de Constituição e Justiça avalia proposta que proíbe reajuste salarial acima das perdas inflacionárias para servidores públicos até seis meses antes do pleito

Projeto restringe aumento de servidor em ano eleitoral

A LEI QUE regulamenta as eleições (Lei 9.504/1997) pode ser modificada para explicitar que, nas localidades onde houver pleito, fica proibido aumento salarial para servidores públicos nos seis meses que antecedem a votação e até a posse dos eleitos. Conforme o projeto (PLC 69/2011), o reajuste em questão seria aquele acima da recomposição por perda do poder aquisitivo dos salários nos 12 meses anteriores à eleição, ou seja, apenas o índice maior que as perdas inflacionárias.

A proposta já tem voto favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e está pronta para votação na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

O projeto também estabelece que aqueles que descumprirem as proibições determinadas pela lei eleitoral estarão sujeitos às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992).

A lei eleitoral proíbe, por exemplo, que candidatos ou partidos utilizem bens da administração pública. Proíbe ainda a cessão de servidor público para trabalhar em comitês de campanha eleitoral e o uso, por candidato, de material de distribuição gratuita de caráter social custeado pelo poder público.

Nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, a lei eleitoral também veda a nomeação de servidores, a demissão deles sem justa causa, a transferência ou a exoneração. A transferência de recursos da União aos estados e municípios (e dos estados aos municípios) também não é permitida, entre outras restrições.

Raupp considera necessária a aprovação para que fique expressa na lei a data a partir da qual fica vedado o aumento de servidores públicos e para explicitar que o descumprimento da lei se configura em atos de improbidade administrativa.

Nova intranet do Senado está no ar

O portal da intranet do Senado está com novo layout e novas ferramentas: fotos maiores, com maior número de notícias em destaque, agenda de eventos institucionais mais evidente e pesquisa de conteúdo, pessoas e órgãos aparecem logo na primeira página.

— O novo portal reúne em um mesmo ambiente a intranet do Senado, a da Secretaria de Recursos Humanos (SERH) e a da Secretaria Integrada de Saúde (SIS), que antes eram independentes. A fusão permite a padronização visual e a busca de conteúdo. Eram três intranets. Agora temos uma só — explicou Adriano Palos, chefe do Serviço de Soluções para Portais, responsável pelo

desenvolvimento da página.

Outra grande novidade é a Central de Serviços. Com log in único e mais possibilidades, ela apresenta uma nova lógica para a solicitação dos serviços oferecidos pelas unidades. O foco agora está na necessidade do usuário e não mais no setor. Em formulários uniformizados, lá estão desde as marcações de ponto até pedidos de mobiliário. A ferramenta também oferece personalização, deixando os mais acessados em evidência na primeira página.

No novo portal é possível pesquisar os servidores por partes do nome, não sendo mais necessário recorrer ao Outlook para identificar o ramal do colega com quem se precisa

falar. A busca retorna ainda a lotação, o cargo, o vínculo e o retrato do servidor. Quem não desejar a publicação de sua foto tem a opção de bloquear a visualização na Central de Serviços.

Os classificados também contam com uma busca, facilitando a localização dos produtos de interesse. Os anúncios também poderão ser solicitados diretamente por um link na página.

Também ficará disponível o organograma do Senado até o nível de coordenação. O diagrama é interativo e leva às páginas institucionais das unidades, com informações, serviços, documentos e formulários fornecidos pelos setores.

A produção da nova intranet levou aproximadamente nove meses, em uma parceria da Secretaria de Relações Públicas com o Prodasen, sob a supervisão do Comitê Gestor de Internet. A reestruturação envolveu diversas áreas, entre elas, o Núcleo de Comunicação Interna, o Serviço de Soluções para Portais e o Serviço de Arquitetura da Informação e Design.



Ana Volpe/Senado Relações Públicas

Policiais do Senado e da Câmara ensinam técnicas de defesa para as alunas

Curso de defesa feminina vai abrir novas vagas

As 50 vagas oferecidas pela Polícia do Senado para uma oficina de defesa pessoal feminina foram preenchidas em menos de 24 horas. Diante da grande procura, a unidade informou que pretende abrir novas turmas para atender as pessoas que não conseguiram se inscrever.

Em duas aulas, o objetivo é proporcionar às mulheres uma vivência em defesa pessoal para que se conscientizem da possibilidade que têm de se defender.

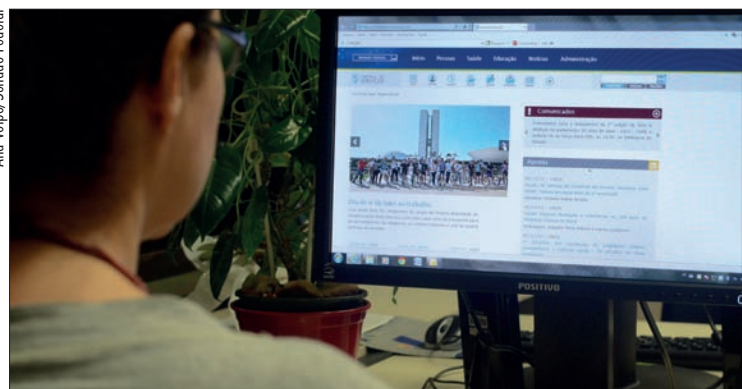
De acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde, publicado em 2013, mais de um terço de todas as mulheres do mundo são vítimas de violência física ou sexual. Já no Brasil, segundo dados do governo federal, a cada cinco minutos uma mulher é agredida, e a cada duas horas uma é assassinada.

Os dados estatísticos, que assustam, compõem um documento elaborado pela Secretaria de Polícia do Senado. Na condição de unidade integrante do Comitê Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, a polícia idealizou um curso de defesa pessoal de dois dias voltado especificamente para as mulheres.

Técnicas de bloqueio de golpes, de desarme do oponente, de defesa e ataque no chão e de comportamento de segurança serão ensinadas nas aulas, realizadas no tatame da academia da Polícia do Senado.

O curso será ministrado por três policiais do Senado e um da Câmara dos Deputados.

Encarte especial sobre violência contra mulheres: www.senado.leg.br/mariadapenha



O novo portal da intranet tem apresentação mais moderna e navegação intuitiva

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos
9h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE
Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO
A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro
- Segunda-secretária:** Ângela Portella
- Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira
- Quarto-secretário:** João Vicente Claudino
- Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretor:** Davi Emerich
- Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos
- Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Marco Antonio Reis
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira
- Coordenação de Edição:** Sílvio Burl
- Coordenação de Multimídia:** James Gama
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
- Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves
- Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Série de fugas no Complexo de Pedrinhas, no Maranhão, provocou a queda do secretário estadual de Justiça. Senadores que visitaram o local em janeiro até hoje não receberam dados solicitados

Comissão reforça pedido de informações sobre presídio

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) vai pedir novas informações sobre a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, onde uma série de fugas nos últimos dias levou à demissão do secretário de Justiça e Administração Penitenciária do estado, Sebastião Uchoa. Integrantes da CDH visitaram o presídio em 13 de janeiro.

A demissão do secretário aconteceu depois de duas tentativas de fuga em Pedrinhas nas manhãs de quarta e segunda-feira. Na semana passada, um caminhão-caçamba derrubou parte do muro dos fundos do centro de detenção e pelo menos seis presos escaparam.

A presidente da CDH, Ana

Rita (PT-ES), lembrou que integrantes do colegiado visitaram o presídio em janeiro para verificar denúncias de maus-tratos, superlotação e morte de presos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, pelo menos 60 detentos foram mortos no interior do complexo em 2013. A CDH pediu ao governo do Maranhão informações sobre as melhorias que foram prometidas à época, mas os dados não foram enviados.

Dados atuais

Agora Ana Rita disse que um novo pedido deve ser feito ao governo do Maranhão para que a CDH tenha dados atuais da situação de Pedrinhas:

— A Comissão de Direitos Humanos solicitou informa-

ções, um mês após a nossa ida lá, para verificar se as providências que haviam sido anunciadas pela governadora foram adotadas. Eu não recebi essas informações até hoje. Então, se as providências foram adotadas, a CDH não recebeu essas informações. Poderemos ratificar o pedido, fazer novas solicitações para que tenhamos informações atualizadas do quadro de lá — afirmou a senadora.

Entre as mudanças prometidas pelo governo do Maranhão aos senadores da CDH, em janeiro, estava a realização de um mutirão para acelerar os julgamentos e diminuir a superlotação, além de reformas e adaptações no Complexo de Pedrinhas.



Marco Maia (D) fala ao lado de Vital do Rêgo (E) em reunião da CPI mista

Parlamentares minimizam silêncio de ex-diretor na CPI

Os integrantes da CPI Mista da Petrobras minimizaram ontem o silêncio do depoimento do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Os parlamentares argumentaram que as investigações da comissão não dependem das informações prestadas pelo ex-diretor da estatal.

O presidente da CPMI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), lamentou que Paulo Roberto Costa tenha se recusado a colaborar. Para não perder os benefícios da delação premiada, ele não respondeu às perguntas sobre o esquema de lavagem de dinheiro de contratos da Petrobras com empresas do doleiro Alberto Youssef. Apesar de admitir a frustração com o silêncio do ex-diretor, Vital argumentou que a CPI mista conta com os documentos já enviados pela Justiça para investigar o esquema.

— É possível avançar porque os parlamentares estão trabalhando em cima dos dados de centenas de documentos e de milhares de sigilos que foram quebrados.

Então, independentemente da delação, a CPI mista pode trabalhar nesse curso, cruzando os dados — afirmou Vital.

O relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), também minimizou o silêncio de Costa ao lembrar que o colegiado aprovou a convocação de Meire Poza. A ex-contadora do doleiro Alberto Youssef confirmou a existência do esquema e o pagamento de propina para políticos. Marco Maia lembrou que a CPI mista ainda vai ouvir o doleiro.

— Já aprovamos a convocação da contadora junto com as informações que ela prestou à Polícia Federal e ao Judiciário. Essas informações e ouvir a contadora serão importantes para que possamos confrontar com o depoimento do Youssef e, ali na frente, com a delação premiada do Paulo Roberto Costa — disse o deputado.

Os depoimentos da contadora e do doleiro deverão ocorrer após as eleições. A CPI mista vai insistir no recebimento da cópia da delação premiada de Paulo Roberto Costa antes das duas oitavas.



Senadores Randolfe, Ana Rita, Capiberibe e Humberto visitaram o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em janeiro

Aureliano aponta crise no setor sucroalcooleiro



Antônio Aureliano (PSDB-MG) disse que a crise no setor sucroalcooleiro é sem precedentes.

Ele atribui o problema à falta de uma política energética no país. O senador disse que, de 2008 até hoje, 60 usinas foram fechadas no país e 66 têm problemas graves de recuperação judicial. Também acrescentou que Minas Gerais, o segundo maior produtor nacional de cana de açúcar e terceiro maior produtor de etanol, fechou oito usinas em quatro anos, com 8 mil demissões.

— A principal causa da crise é a ausência de uma política energética clara para o Brasil. Num ambiente de inflação alta, baixo crescimento e insegurança, o governo passa a ser um agente desagregador — alertou.

Kaká Andrade lembra Semana Nacional do Trânsito



Kaká Andrade (PDT-SE) destacou ontem o início da Semana Nacional de Trânsito, comemorada de

18 a 25 de setembro. O tema definido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para este ano é “Cidade para pessoas: proteção e prioridade para o pedestre”.

O senador lamentou que, apenas em 2013, foram pagas mais de 600 mil indenizações por morte, invalidez e despesas decorrentes de acidentes. Ele observou que o trânsito seguro é fruto de um conjunto de valores, como a educação, a existência e a eficácia de leis e a manutenção de vias, além do respeito ao pedestre.

— A proteção e a prioridade ao pedestre revelam o próprio respeito à vida — lembrou o parlamentar.

Anibal comemora redução do trabalho infantil em 2013



Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a redução do trabalho infantil no país em 2013, apontada na

nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

De acordo com os dados divulgados ontem, houve uma queda expressiva do trabalho infantil em todas as faixas etárias, especialmente no grupo de 14 a 17 anos. A redução no grupo de 5 a 7 anos, ressaltou o senador, foi de 12,3%.

— A Região Norte foi a região em que houve maior saída de crianças e adolescentes do trabalho infantil, de 9,6% para 8,2%, seguida da Região Sul, onde o índice de trabalho de crianças caiu para 9,1%. Os jovens estão deixando de trabalhar para estudar — explicou o senador.

Odacir Soares destaca Ministério das Cidades



Odacir Soares (PP-RO) destacou o papel do Ministério das Cidades, criado em 2003, na efetivação

de políticas para a habitação, o saneamento, a mobilidade, a acessibilidade e a ocupação do solo.

Segundo o senador, a execução de muitos programas ligados ao desenvolvimento urbano é feita em parceria entre a União e os municípios e, para isso, há uma preocupação com a capacitação de gestores, a modernização administrativa e investimentos em abastecimento de água, transporte, habitação e regulamentação fundiária.

— O Programa Minha Casa, Minha Vida já beneficiou 1 milhão de famílias, especialmente as com renda de até R\$ 1,6 mil — informou Odacir.

Fleury parabeniza Goiás por estímulo a novos investimentos



O senador Fleury (DEM-GO) cumprimentou o governo de Goiás por criar um clima propício

à entrada de investimentos crescentes.

Ele relatou encontro realizado na quarta-feira, na residência oficial do governador, Marconi Perillo (PSDB), que reuniu empresários e embaixadores em uma homenagem às artes plásticas e à gastronomia da região.

Para Fleury, o evento ressalta a importância de Goiás como “coração do país” e reforça a política de incentivo ao investimento promovida por Marconi Perillo.

— Goiás ganhou muito. Sou de partido de oposição a ele, mas jamais fiz oposição a quem trabalha — argumentou o senador.

Sugestão popular continua a ser objeto de discussão na Comissão de Direitos Humanos, que segunda-feira debaterá o impacto da regulação no Judiciário e no sistema penal

Senado volta a discutir liberação da maconha

DANDO CONTINUIDADE ÀS discussões sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove na segunda-feira, às 9h, mais uma audiência pública interativa. O objetivo, como nos debates anteriores, é subsidiar a decisão sobre a transformação ou não em projeto de lei de sugestão popular de regulamentação (SUG 8/2014). Desta vez, será abordado o impacto da regulação no Judiciário e no sistema penal.

Foram convidados o procurador da República Guilherme Zanina Schelb, os juízes Carlos Maroja e João Marcos Buch e o psiquiatra Fábio Gomes de Matos e Souza. Também devem participar os juízes João Batista Damasceno e Roberto Luiz Corcioli Filho, da Associação Juízes para a Democracia, e a coordenadora do Movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva.

Cristovam Buarque (PDT-DF) foi incumbido de elaborar relatório sugerindo a admissão ou não como projeto de lei da sugestão enviada pelo Portal e-Cidadania. O texto prevê que seja considerado legal “o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”.

Nas reuniões já realizadas, apesar da falta de consenso sobre o uso recreativo, houve apoio à liberação para fins medicinais. No primeiro debate, em junho, o secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização sobre o controle da criminalidade naquele país.

Na segunda audiência, o coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, disse que os índices de violência



No início deste mês, Cristovam (2º à dir.) presidiu a quarta audiência pública da CDH destinada a discutir a regulação

mostram que o atual modelo proibicionista não deu resultados. Na terceira, especialistas defenderam o uso medicinal da maconha. No quarto debate, os convidados discutiram a legislação e a adequação da pena para presos com menos de 50 gramas de maconha.

ACOMPANHE E PARTICIPE NA SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHmaconha5EC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHmaconha5AS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos	

Debate avalia lei sobre deficientes

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência pública na segunda-feira, às 15h, requerida pela senadora Ana Rita (PT-ES), para debater os avanços e perspectivas após a criação do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro.

A data foi oficializada em 2005 por meio da Lei 11.133, em uma ação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), órgão que avalia o desenvolvimento de uma política nacional de inclusão da pessoa com deficiência nos setores de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto,

lazer e política urbana.

O presidente do Conade, Antonio José Ferreira, é um dos participantes do debate. Também foram convidados Ester Pacheco Henriques, presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp); Janilton Fernandes Lima, advogado da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Waldir Macieira da Costa Filho, vice-presidente da Associação Nacional de Membros do

Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência; Dylson Bessa, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão; Raimundo Nonato Lopes de Sousa, representante do Ministério da Previdência Social; e Wilson Gomiero, integrante da Federação Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de Esclerose Múltipla.

ACOMPANHE E PARTICIPE NA SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDH21setEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDH21setAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos	

Projetos pretendem aumentar a inclusão

No Brasil, 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representa quase 24% da população, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os projetos no Senado que garantem os direitos dessas pessoas, se destacam o que assegura a presença de cuidadores nas escolas para assistência aos alunos com deficiência (PLS 228/2014); o que determina aos bancos e operadoras de cartão de crédito a oferta de extratos mensais de conta corrente

em braille ou em caracteres ampliados (PLS 349/2012); o que prioriza a ocupação das primeiras poltronas dos aviões (PLS 259/2012); e o que reserva 3% das moradias dos programas sociais (PLS 78/2011).

No ano passado, foi sancionada a Lei Complementar 142/2013, que estabeleceu regras de aposentadoria para pessoas com deficiência. O texto é o mesmo de substitutivo de Lindbergh Farias (PT-RJ) ao projeto (PLC 40/2010), aprovado em 2012. A aposentadoria pelo Regime Geral de

Previdência Social (RGPS) será garantida à pessoa com deficiência grave aos 25 anos de contribuição, se homem, e 20 anos, se mulher. A regra geral da Previdência é de 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres.

Pessoas com deficiência também poderão se aposentar aos 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, para qualquer grau de deficiência, desde que tenham contribuído por ao menos 15 anos e comprovem a existência da deficiência pelo mesmo período.

Maioria na internet apoia política para doença rara

A criação de uma política nacional que assegure recursos, pesquisas e atendimento específico para doenças raras recebeu apoio de 95% dos internautas em enquete promovida pelo DataSenado em parceria com a Agência Senado. A proposta consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 530/2013, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), em análise pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votado em decisão terminativa.

Doenças raras são aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil habitantes, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Estima-se que cerca de 8 mil enfermidades se enquadrem nessa classificação, o que torna significativo o universo de pacientes a serem beneficiados com a proposta.

Dos 613 internautas que opinaram, entre os dias 1º e 15 de setembro, 95% mostraram-se a favor do projeto e somente 5% disseram ser contrários. O projeto determina a previsão

de recursos orçamentários, em cada esfera de governo, para assegurar a atenção à saúde da pessoa com doença rara. Também prevê criação de centros de referência para tratamento e elaboração de cadastro nacional e política farmacêutica que garantam o acesso dos pacientes a medicamentos com efetividade clínica, além de estímulo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico voltados à prevenção e ao tratamento das doenças.

No espaço *Comente o Projeto*, na página do DataSenado na internet, cidadãos como Silvana Pires, de São José dos Campos (SP), encaminharam mensagens.

— Será muito bom aprovar esse projeto. Vai evitar sofrimento para muitas famílias que buscam uma explicação para comportamentos e doenças pouco conhecidas. Aos portadores, possibilitará tratamento correto — registrou.

Especial Cidadania sobre doenças raras: <http://bit.ly/Cidadania462>



Senadores participaram de ato sobre doenças raras no Congresso, em fevereiro